







# Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

## Relatório Municipal ODS 2025 Almeirim





## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

**Helder Zahluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

## FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão  
da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Juliano Gotardo Pancieri**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

## EXPEDIENTE

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas  
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Marcelo Santos Chaves**  
Coordenador de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA**  
Coordenador Geral da Pesquisa

**Marcelo Santos Chaves – FAPESPA**  
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos  
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**  
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social  
da Amazônia – AMAZON CETEC**  
Organização



# ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

<b>Objetivo 1</b> - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

<b>Objetivo 2</b> - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

<b>Objetivo 3</b> - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

<b>Objetivo 4</b> - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

<b>Objetivo 5</b> - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

<b>Objetivo 6</b> - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----





	<b>Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....</b>	<b>24</b>
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	<b>Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....</b>	<b>27</b>
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	<b>Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....</b>	<b>29</b>
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	<b>Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....</b>	<b>32</b>
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	<b>Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....</b>	<b>34</b>
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	<b>Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....</b>	<b>36</b>
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	<b>Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....</b>	<b>39</b>
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	<b>Objetivo 14 – Vida na Água.....</b>	<b>41</b>
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	<b>Objetivo 15 – Vida Terrestre.....</b>	<b>42</b>
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	<b>Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....</b>	<b>45</b>
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	<b>Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....</b>	<b>47</b>
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	<b>Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....</b>	<b>50</b>
	<b>Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....</b>	<b>51</b>



# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Taxa de Pobreza, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	10
<b>Gráfico 2</b> - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	11
<b>Gráfico 3</b> - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
<b>Gráfico 4</b> - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	13
<b>Gráfico 5</b> - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	15
<b>Gráfico 6</b> - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	16
<b>Gráfico 7</b> - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
<b>Gráfico 8</b> - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	19
<b>Gráfico 9</b> - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
<b>Gráfico 11</b> - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
<b>Gráfico 12</b> - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) .....	24
<b>Gráfico 13</b> - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25





# LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 14</b> - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
<b>Gráfico 15</b> - Empregos Formais por Mil Habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
<b>Gráfico 16</b> - PIB per capita, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
<b>Gráfico 17</b> - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
<b>Gráfico 18</b> - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
<b>Gráfico 19</b> - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
<b>Gráfico 20</b> - Acesso à Telefonia Móvel, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
<b>Gráfico 21</b> - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
<b>Gráfico 22</b> - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
<b>Gráfico 23</b> - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
<b>Gráfico 24</b> - Gastos per capita com prevenção de desastres, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
<b>Gráfico 25</b> - Despesa per capita com preservação aquática, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
<b>Gráfico 26</b> - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
<b>Gráfico 27</b> - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
<b>Gráfico 28</b> - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
<b>Gráfico 29</b> - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
<b>Gráfico 30</b> - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
<b>Gráfico 31</b> - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
<b>Gráfico 32</b> - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50



# INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Almeirim (PA)**.





# ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

*Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.*

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



## Evolução da Taxa de Pobreza

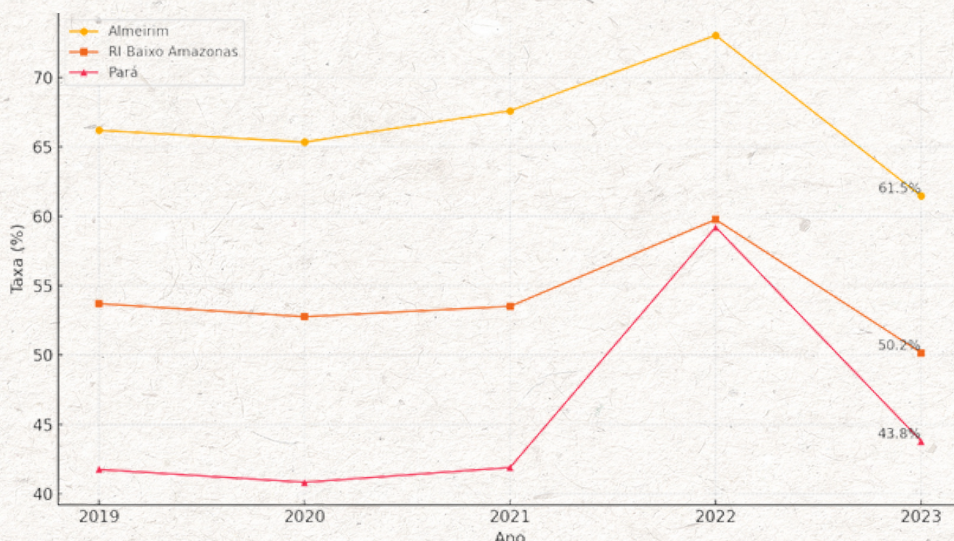
No município de Almeirim, a taxa de pobreza manteve-se elevada durante todo o período analisado, iniciando em cerca de 66% em 2019 e alcançando o pico de 73,1% em 2022. Esse aumento mais acentuado em 2022 pode estar relacionado a impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19, que agravaram vulnerabilidades existentes. No entanto, observa-se uma melhora expressiva em 2023, com redução para 61,5%, indicando possível recuperação econômica ou políticas de mitigação da pobreza (Gráfico 1).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a tendência foi semelhante, embora com taxas mais moderadas em comparação a Almeirim. A região registrou uma leve oscilação entre 2019 (53,8%) e 2021 (53,6%), com um salto significativo em 2022 para 59,7%, seguido por uma redução para 50,2% em 2023. Assim como no município, o comportamento sugere uma deterioração das condições sociais em 2022, seguida de recuperação no ano subsequente, embora os níveis permaneçam elevado (Gráfico 1).





**Gráfico1** - Evolução da Taxa de Pobreza, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Para o estado do Pará, a taxa de pobreza apresentou uma trajetória mais controlada. Partindo de 41,9% em 2019, ela caiu ligeiramente em 2020, voltou a subir gradualmente até 2022 (59,2%) e então caiu significativamente para 43,8% em 2023. Essa curva demonstra que, apesar dos impactos adversos em 2022, o Estado conseguiu reduzir o índice a níveis próximos aos de 2019, sugerindo maior resiliência no contexto estadual frente às crises recentes (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Almeirim, as despesas públicas com serviços essenciais variaram entre 64,9% e 69,7% do total de gastos. Após um recuo expressivo em 2020 para 65%, houve um crescimento contínuo até 2022, atingindo 69,3%. Em 2023, o valor caiu levemente para 68,4%, ainda mantendo-se entre os maiores da série histórica. Isso pode indicar uma priorização das áreas essenciais (como saúde, educação e saneamento), principalmente durante e após os períodos críticos da pandemia (Gráfico 2).

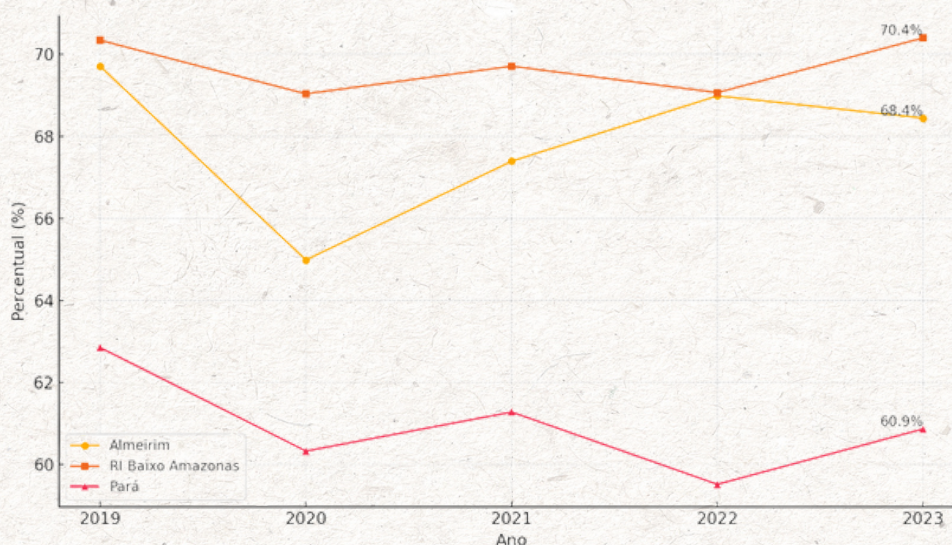
Na RI Baixo Amazonas, a alocação de recursos para serviços essenciais manteve-se relativamente estável e em patamar elevado. Em todos os anos, o percentual oscilou entre 68,8% e 70,4%, encerrando 2023 com o maior valor da série. Essa constância sugere uma política regional consolidada de investimento em setores fundamentais, possivelmente sustentada por mecanismos de planejamento que asseguraram a manutenção desses gastos mesmo em contextos de crise (Gráfico 2).

Já no estado do Pará, o comportamento foi mais volátil. Após iniciar com 62,7% em 2019, houve queda para 60,3% em 2020 e uma recuperação parcial em 2021 (61,2%). Contudo, em 2022, observou-se nova redução para 59,4%, o menor valor da série, antes de um leve avanço para 60,9% em 2023. Esses dados indicam que, no âmbito estadual, o comprometimento com serviços essenciais foi relativamente menor e mais sujeito a variações, o que pode refletir dificuldades orçamentárias ou reorientações pontuais na destinação de recursos (Gráfico 2).





**Gráfico 2** - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

## ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

*Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.*



### Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Almeirim, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma trajetória ascendente ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 8%, mas sofreu uma queda expressiva em 2020, chegando a cerca de 7,2%. A partir de então, observou-se uma elevação contínua, culminando em 2023 com 9% – o maior valor da série. Esse crescimento pode indicar agravamento de condições de saúde materno-infantil ou insuficiência de políticas de atenção básica ao parto e à gestante (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento do indicador seguiu uma tendência semelhante, embora com oscilações mais

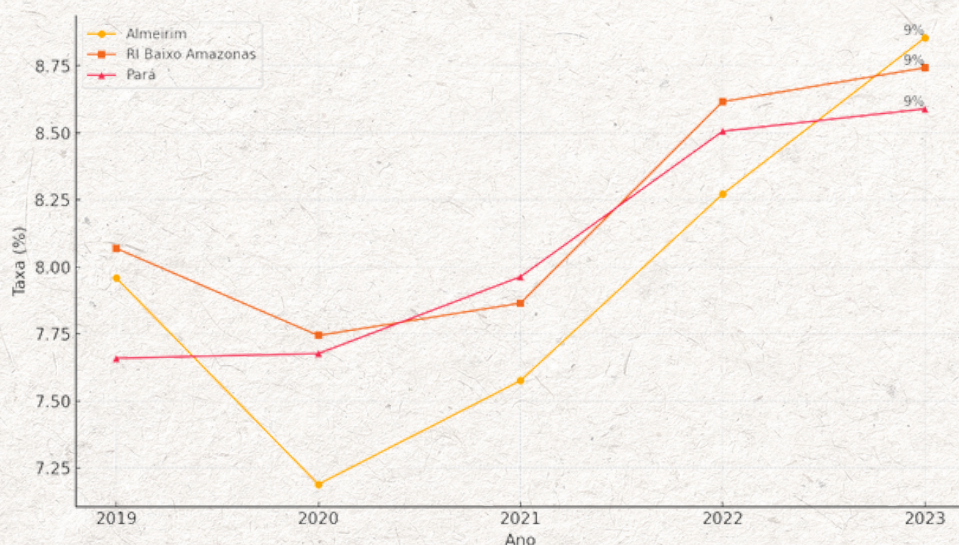
mais suaves. A taxa iniciou em cerca de 8,1% em 2019, reduziu para 7,75% em 2020, e a partir de 2021 passou por crescimento constante, atingindo também 9% em 2023. A uniformidade no comportamento regional sugere que os fatores que influenciaram a piora da situação nutricional ao nascimento foram compartilhados entre os municípios da RI, possivelmente relacionados a vulnerabilidades estruturais comuns (Gráfico 3).

Para o estado do Pará, a evolução também foi de crescimento gradual. O percentual manteve-se estável entre 2019 e 2020 (próximo de 7,7%), subiu discretamente em 2021, acelerando nos anos seguintes até alcançar 9% em 2023. Embora os níveis sejam simi-

lares aos observados no município e na RI em 2023, o estado partiu de uma base menor e apresentou elevação menos acentuada. Isso pode refletir disparidades intraestaduais, com municípios mais vulneráveis puxando a média para cima nos últimos anos (Gráfico 3).



**Gráfico 3** - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



### Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

O município de Almeirim apresentou desempenho superior em produtividade agrícola em comparação com os demais níveis territoriais ao longo de todo o período. Em 2019, o valor era de R\$ 13,5 mil/hectare, e após uma leve queda em 2020 (R\$ 12,7 mil), houve um pico expressivo em 2021, atingindo R\$ 16,5 mil/hectare – o maior da série. Ainda que tenha havido ligeiras quedas em 2022 e 2023, os valores permaneceram elevados, encerrando o período com R\$ 15,4 mil/hectare. Isso demonstra dinamismo da atividade agrícola local, com pos-

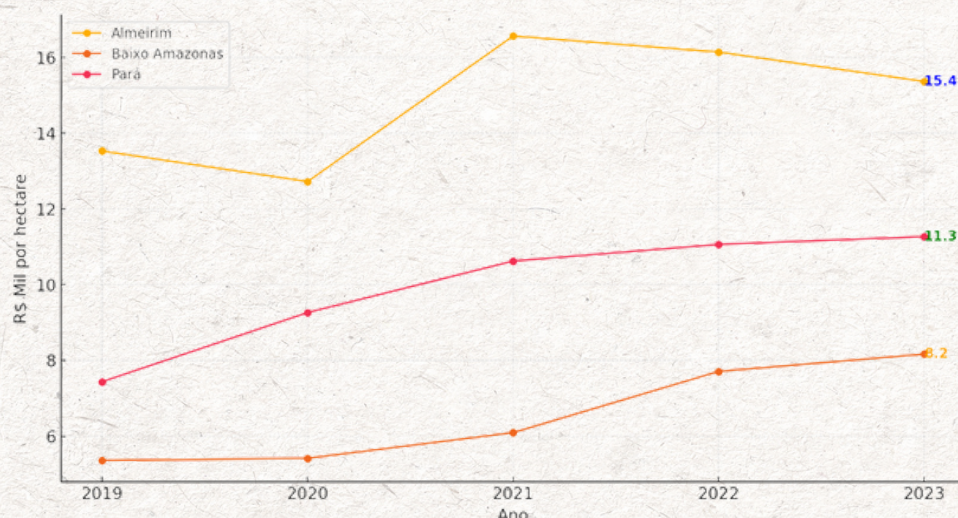
sível uso mais intensivo de tecnologia ou cultivo de culturas de maior valor agregado (Gráfico 4).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a produtividade agrícola foi significativamente inferior à de Almeirim, embora apresente tendência de crescimento. Partindo de apenas R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 e 2020, a RI passou por incrementos contínuos até atingir R\$ 8,2 mil/hectare em 2023. Essa trajetória revela avanços graduais na eficiência agrícola da região, embora o ritmo ainda seja modesto, refletindo pos-

síveis limitações em infraestrutura, acesso a insumos ou apoio técnico (Gráfico 4).

Para o estado do Pará, o indicador também registrou crescimento sustentado. A produtividade partiu de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 e alcançou R\$ 11,3 mil/hectare em 2023, o que representa uma evolução relevante. O comportamento do estado reflete, em parte, o desempenho de polos mais dinâmicos como Almeirim, mas também pode indicar esforços de modernização agrícola e ampliação do uso de boas práticas produtivas em outras regiões paraenses (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.







# ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

*Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.*

## Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Almeirim, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande oscilação ao longo do período. Em 2019, o município registrava a maior taxa entre os três níveis analisados, com 25,6 mortes por mil nascidos vivos. Essa taxa caiu significativamente até atingir o ponto mais baixo em 2021, com apenas 10 por mil, sinalizando uma possível melhora momentânea nas condições de saúde infantil ou um efeito estatístico decorrente de baixa natalidade. No entanto, a partir de 2022, a taxa voltou a subir, encerrando 2023 em 21 por mil, o que pode indicar retrocessos

na cobertura de serviços de saúde materno-infantil ou impactos acumulados da pandemia (Gráfico 5).

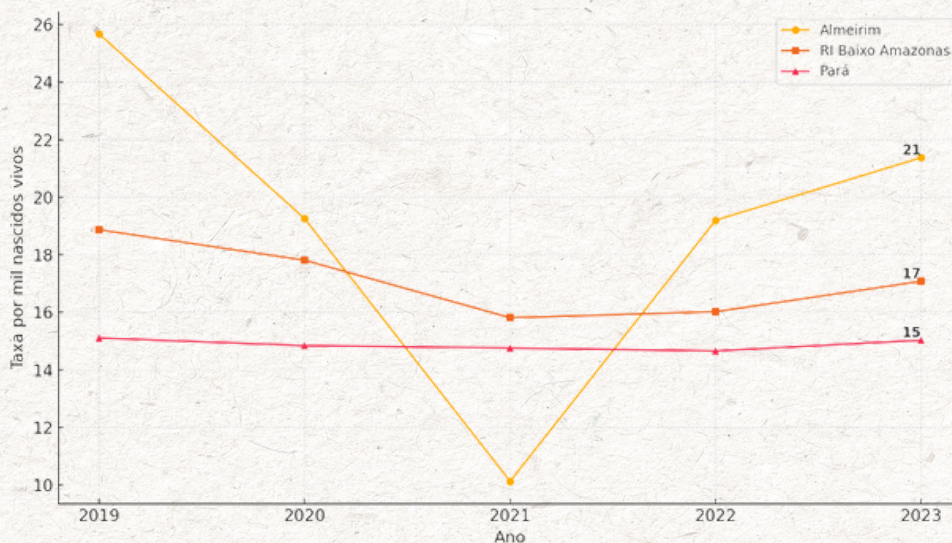
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento da taxa foi mais estável, com uma leve tendência de redução entre 2019 e 2021 (de 18,9 para 15,9), mantendo-se quase constante até 2022, e apresentando pequena alta em 2023, alcançando 17. Essa estabilidade, ainda que em patamar elevado, sugere que os desafios estruturais da região permanecem, mas que políticas públicas e a presença de serviços básicos de saúde evitaram variações bruscas como as observadas no município (Gráfico 5).





O estado do Pará apresentou os menores valores do indicador, com comportamento praticamente estável no período, variando de 15,2 em 2019 para 14,6 em 2022, e ligeira alta para 15 em 2023. Esse padrão indica um controle mais efetivo da mortalidade infantil em escala estadual, possivelmente por maior concentração de infraestrutura de saúde em centros urbanos e maior capilaridade dos programas estaduais. Mesmo assim, a manutenção da taxa acima de 14 revela que ainda há espaço para avanços no cuidado pré-natal e neonatal em todo o estado (Gráfico 5).

**Gráfico 5** - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Número de Médicos por 10 mil habitantes

No município de Almeirim, o número de médicos por 10 mil habitantes cresceu de forma moderada ao longo do período, partindo de 5,5 em 2019 e encerrando 2023 com 7,4. Após um pequeno recuo em 2021 (5,5), houve um salto importante nos dois anos seguintes, o que sugere esforço recente de ampliação da cobertura médica local. Apesar da melhora, o município ainda está abaixo da média estadual e nacional, indicando carência relativa na oferta de profissionais de saúde (Gráfico 6).

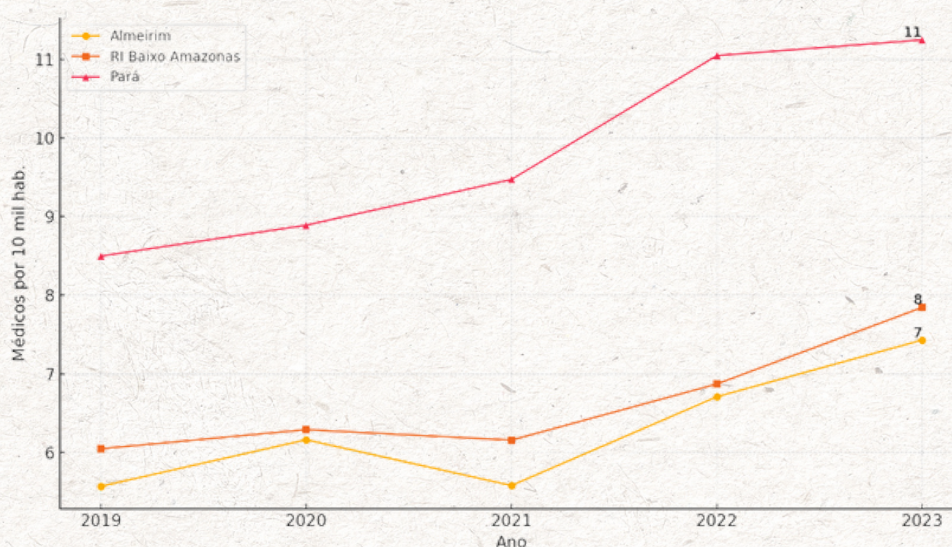
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador manteve-se próximo ao de Almeirim, com variações suaves e crescimento gradativo: de 6,1 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 8 em 2023. Isso representa um ganho relevante na presença médica na região, o que pode estar associado a incentivos de fixação profissional, programas federais como o Médicos pelo Brasil, ou investimentos locais em saúde. Ainda assim, o número permanece aquém dos parâmetros recomendados pela OMS (Gráfico 6).





Para o estado do Pará, o crescimento foi mais expressivo e constante, passando de 8,5 médicos em 2019 para 11,1 em 2023, o que indica maior capacidade de atração e fixação de profissionais, especialmente em áreas urbanas. O aumento consistente da densidade médica pode estar relacionado à ampliação de cursos de medicina, políticas de interiorização da saúde e expansão da rede hospitalar. Essa tendência positiva estadual, no entanto, não se reflete com a mesma intensidade em regiões como o Baixo Amazonas ou municípios como Almeirim, revelando desigualdades na distribuição de médicos (Gráfico 6).

**Gráfico 6** - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





# ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

*Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.*

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

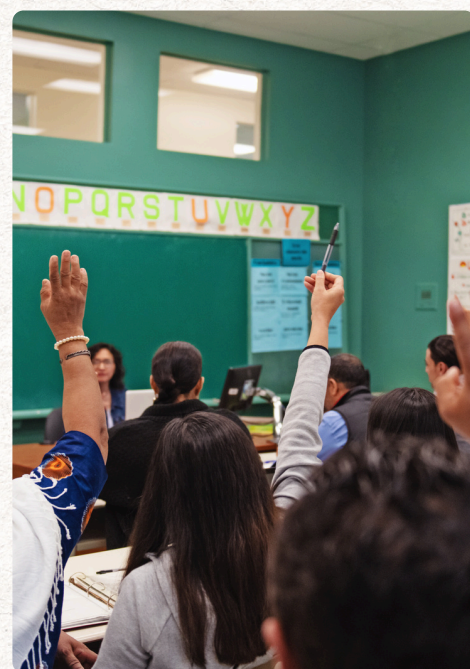
## Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Almeirim, o número de vagas no ensino público por mil habitantes manteve-se elevado até 2021, quando chegou a 294, mas a partir de então iniciou uma trajetória de queda. Em 2022, houve uma redução mais acentuada para 269 vagas por mil, e em 2023 o valor caiu ainda mais, atingindo 252. Essa diminuição pode estar associada a fatores como redução da população em idade escolar, fechamento de turmas ou escolas, ou realocação orçamentária, refletindo possível retração da oferta educacional pública (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador apresentou comportamento semelhante, mas em patamar inferior ao de Almeirim. O nú-

mero de vagas oscilou pouco entre 2019 e 2021 (em torno de 276), seguido por uma queda significativa nos dois anos seguintes, chegando a 235 em 2023. Essa redução evidencia um movimento regional de diminuição da capacidade instalada do sistema educacional público, o que pode comprometer o acesso e a permanência escolar em áreas mais vulneráveis da RI (Gráfico 7).

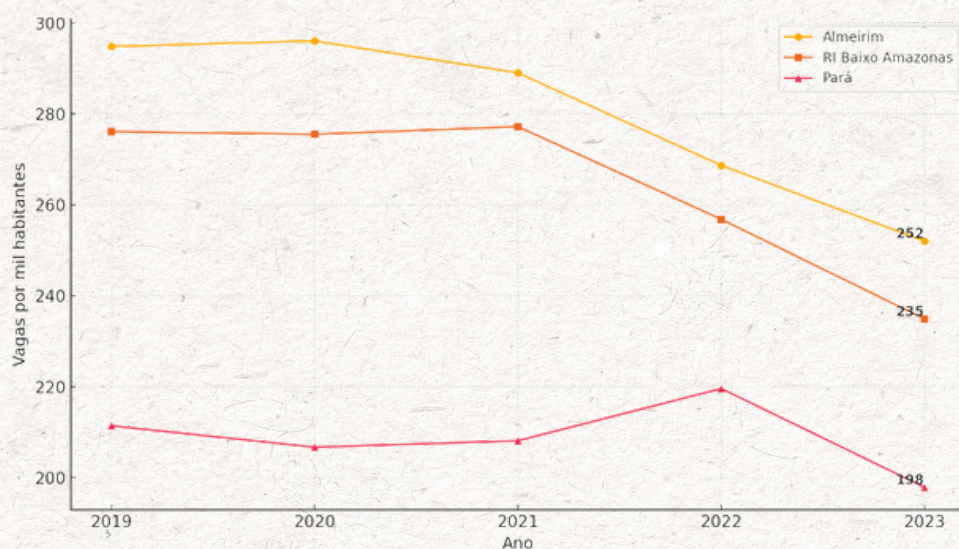
No estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes foi consistentemente inferior aos demais níveis, partindo de 212 em 2019 e alcançando 198 em 2023. Apesar de uma leve elevação em 2022 (219), o valor caiu no ano seguinte, seguindo a tendência estadual de retração. O cenário sugere que,



em termos proporcionais, a expansão de vagas não acompanhou o crescimento populacional, ou houve reestruturações que reduziram a disponibilidade em parte da rede pública estadual e/ou municipal (Gráfico 7).



**Gráfico 7** - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 252 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

### Percentual de Escolas com Acesso à Internet

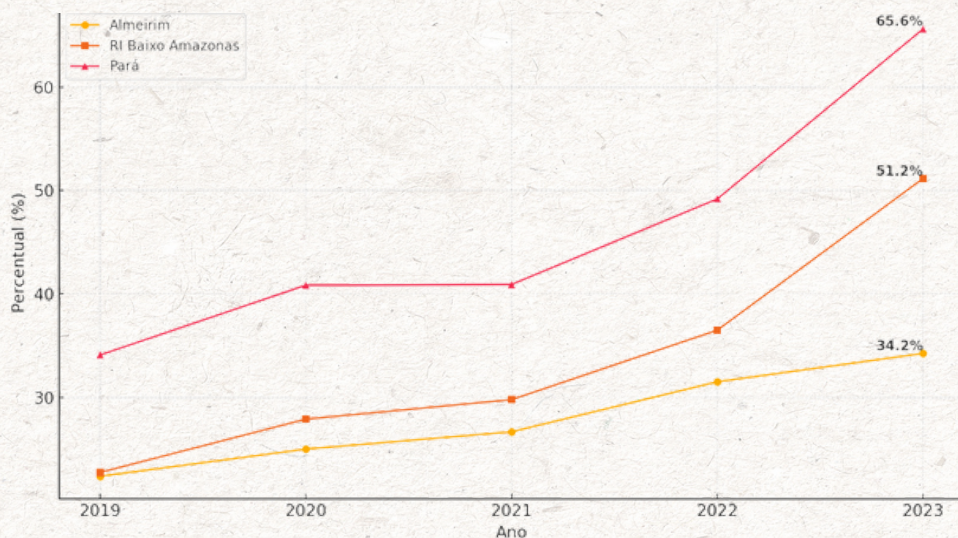
Em Almeirim, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou crescimento gradual, partindo de apenas 22,5% em 2019 e alcançando 34,2% em 2023. Apesar da evolução positiva, o município ainda está muito abaixo da média estadual, evidenciando um atraso significativo na infraestrutura digital escolar. Esse baixo acesso pode limitar o uso de tecnologias educacionais e comprometer a qualidade do ensino, especialmente em contextos de ensino remoto ou híbrido (Gráfico 8).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o percentual também cresceu, passando de 23% em 2019 para 51,2% em 2023. A aceleração mais intensa ocorreu entre 2022 e 2023, o que pode refletir iniciativas públicas voltadas à digitalização das escolas, especialmente após as limitações impostas pela pandemia. Ainda assim, metade das escolas da região seguia sem acesso à internet em 2023, indicando a persistência de desigualdades tecnológicas no território (Gráfico 8).

No estado do Pará, a conectividade escolar avançou de forma mais robusta. Em 2019, cerca de 34% das escolas tinham acesso à internet; em 2020 e 2021, esse percentual subiu para 41%, e em 2023 atingiu 65,6%. O crescimento contínuo pode ser atribuído a políticas públicas estaduais e federais de conectividade, incluindo programas como o "Educação Conectada". Ainda que promissor, o dado revela que mais de um terço das escolas paraenses ainda operava sem internet no fim do período analisado (Gráfico 8).



**Gráfico 8** - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

*Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.*

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

### Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Almeirim, os registros de violência contra a mulher por parceiros íntimos foram praticamente inexistentes na maioria dos anos analisados, com exceção de 2020, quando o indicador atingiu 8,9 casos por 100 mil habitantes. A ausência de registros nos demais anos pode indicar subnotificação ou ausência de denúncias, o que não necessariamente reflete ausência de violência, mas sim possíveis barreiras de acesso a canais de denúncia e serviços de proteção às mulheres. Isso evidencia a necessidade de fortalecer a rede de apoio e mecanismos locais de escuta e registro de ocorrências (Gráfico 9).

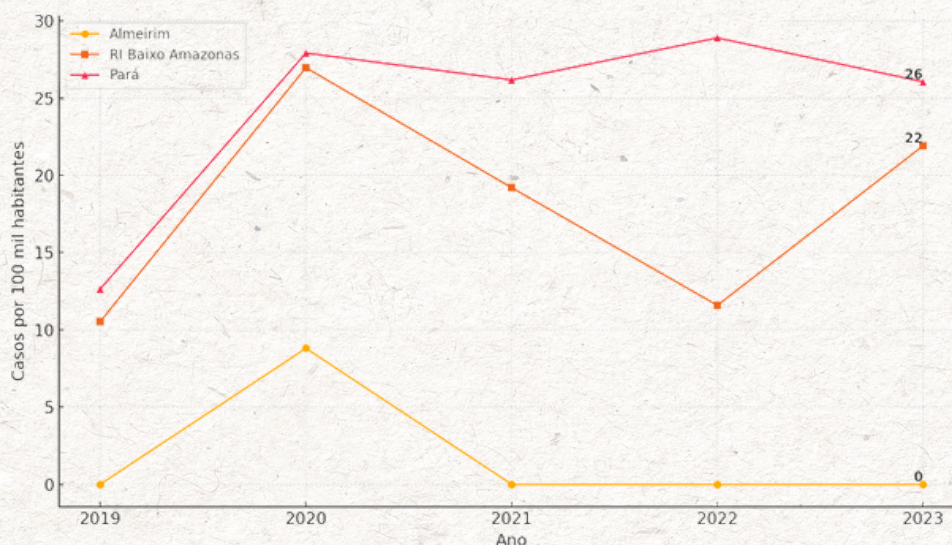




Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador apresentou um crescimento inicial de 10,6 em 2019 para 26,9 em 2020, seguido por quedas em 2021 e 2022, com posterior elevação para 22,1 em 2023. Essa oscilação sugere maior dinâmica de notificação nos municípios da região, refletindo tanto variações reais nos casos quanto a capacidade institucional de registro e resposta. A retomada do crescimento em 2023 pode sinalizar alerta para a intensificação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência de gênero (Gráfico 9).

Para o estado do Pará, o indicador partiu de 12,6 em 2019, com pico de 27,8 em 2020, pequena queda em 2021 (26,1), e novo aumento em 2022, atingindo o maior valor da série (29,1), antes de recuar ligeiramente para 26 em 2023. O patamar elevado e persistente ao longo do período indica um problema estrutural no estado, possivelmente intensificado durante a pandemia. Embora a redução mais recente possa sugerir efeito de medidas de enfrentamento, os níveis ainda são altos e demandam atenção contínua (Gráfico 9).

**Gráfico 9** - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Almeirim, o percentual de mulheres em cargos gerenciais começou em 2019 com 45,2%, mas sofreu queda significativa para 33,5% em 2020. A partir daí, houve uma recuperação gradual, alcançando 50,4% em 2023, o maior valor da série. Essa evolução demonstra avanço importante na equidade de gênero no mercado de trabalho formal do município, com superação da disparidade inicial e até ultrapassagem da média estadual em 2023 (Gráfico 10).

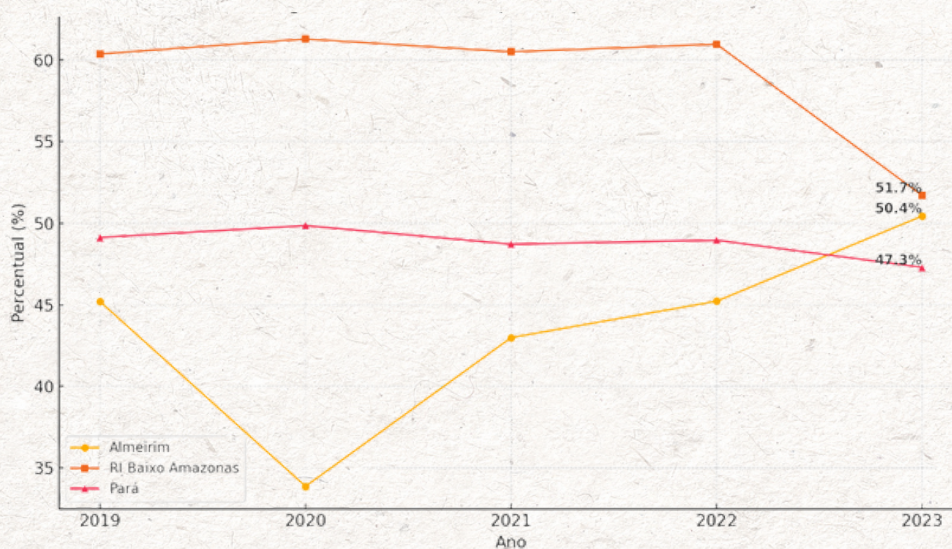




Na RI Baixo Amazonas, os percentuais permaneceram altos e estáveis entre 2019 e 2022, sempre acima de 60%, sinalizando forte presença feminina em posições de liderança regional. Contudo, houve queda abrupta para 51,7% em 2023, o que pode indicar alterações significativas na composição das lideranças, seja por mudança de políticas organizacionais ou pela diminuição de vínculos formais ocupados por mulheres. Mesmo com a queda, o valor segue acima da média estadual (Gráfico 10).

Para o estado do Pará, o indicador foi mais estável ao longo dos cinco anos, com pequenas oscilações entre 47,3% e 49,8%. Em 2023, o percentual caiu para 47,3%, o menor da série, sinalizando uma leve regressão. Essa estabilidade moderada, apesar de relativamente positiva, indica que o estado ainda não alcançou paridade de gênero consistente nos cargos gerenciais e que as políticas de promoção da igualdade de oportunidades ainda enfrentam desafios para avançar (Gráfico 10).

**Gráfico 10** - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



# ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

*Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.*

## Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Almeirim, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou avanço expressivo entre 2021 e 2023. Após se manter praticamente estagnado entre 2019 (4,4%) e 2021 (4,7%), o indicador saltou para 8,1% em 2022 e alcançou 9,4% em 2023. Essa melhora recente pode estar relacionada a investimentos pontuais ou à ampliação da rede de atendimento em áreas vulneráveis, contribuindo para uma maior inclusão sanitária no município (Gráfico 11).

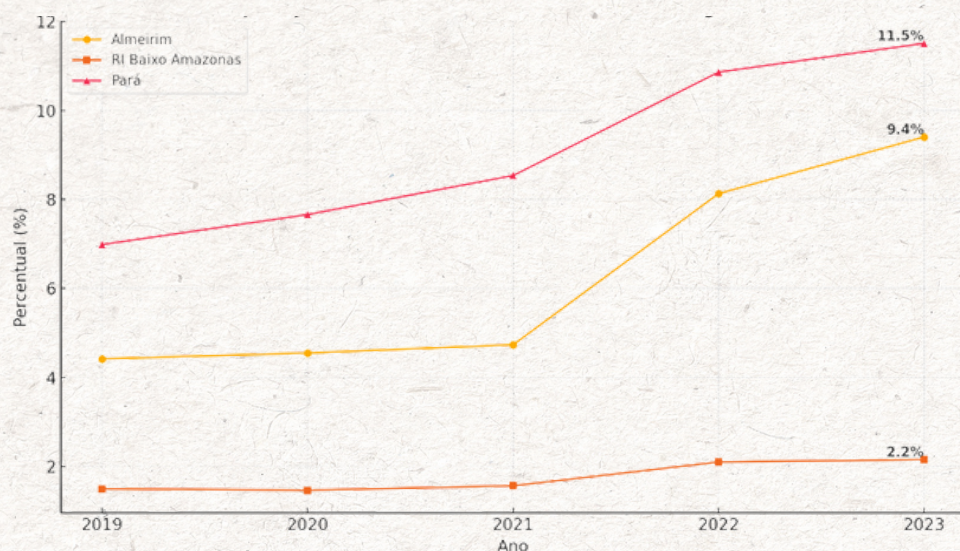
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o crescimento foi mais tímido e lento. A taxa partiu de 1,5% em 2019 e chegou a apenas 2,2% em 2023, com variações mínimas ano a ano. Isso sugere que, em termos regionais, os avanços na infraestrutura de esgotamento sanitário para a população mais pobre foram incipientes e ainda insuficientes, refletindo desafios estruturais históricos e possivelmente uma baixa priorização orçamentária na maioria dos municípios da RI (Gráfico 11).

Já no estado do Pará, observa-se uma trajetória mais contínua e acelerada de crescimento. O percentual aumentou de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para o salto registrado entre 2021 e 2022. Esse desempenho superior ao dos demais níveis indica a existência de políticas estaduais ou investimentos estratégicos que buscaram ampliar o acesso à coleta de esgoto entre os segmentos mais vulneráveis, ainda que a cobertura geral permaneça baixa (Gráfico 11).





**Gráfico 11** - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Gasto Municipal com Saneamento per capita

No município de Almeirim, o gasto per capita com saneamento básico teve uma trajetória de queda acentuada. Em 2020, o valor atingiu R\$ 33, mas caiu bruscamente para praticamente zero em 2021, e se manteve em níveis muito baixos nos anos seguintes — R\$ 9 em 2022 e R\$ 3 em 2023. Essa redução drástica evidencia um desinvestimento significativo na área de saneamento, o que contrasta com os avanços recentes no acesso à coleta de esgoto e sugere que tais melhorias podem ter origem em ações anteriores ou em fontes de recursos extraordinárias (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o padrão também foi de retração, mas com sinais de recuperação nos últimos dois anos. Após

cair de R\$ 34 em 2019 para apenas R\$ 7 em 2021, os gastos voltaram a crescer, atingindo R\$ 24 por habitante em 2023. Ainda que o valor esteja distante dos níveis ideais, a retomada dos investimentos é um sinal positivo para o fortalecimento das políticas de saneamento na região, que historicamente apresenta os piores indicadores de infraestrutura urbana (Gráfico 12).

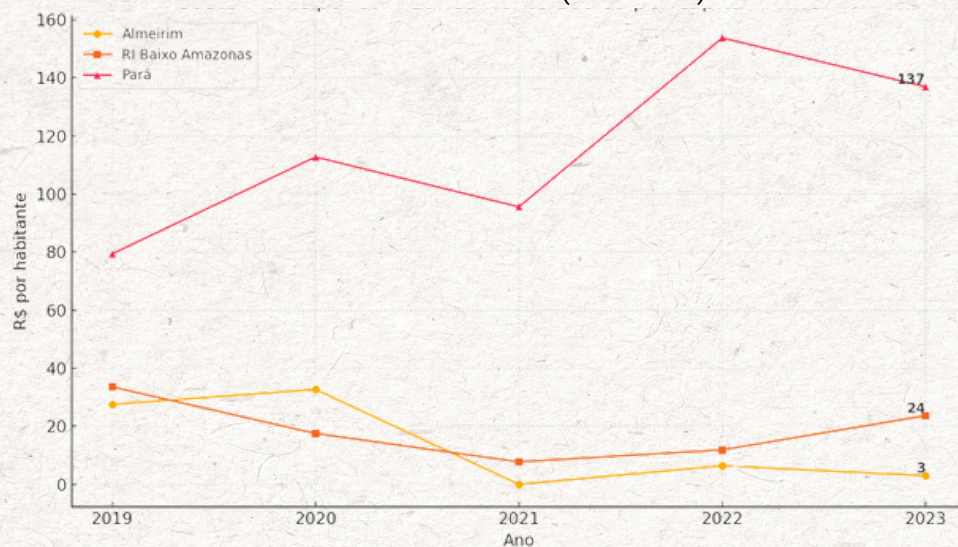
Para o estado do Pará, o comportamento foi o mais robusto entre os três recortes. O gasto per capita saltou de R\$ 80 em 2019 para R\$ 154 em 2022, caindo ligeiramente para R\$ 137 em 2023. Esse crescimento contínuo reflete um esforço estadual de priorização do saneamento básico, possivelmente impulsionado por programas de ampliação

da cobertura, parcerias público-privadas ou repasses federais. O contraste entre o dinamismo estadual e a estagnação local/regional evidencia uma desigualdade territorial na capacidade de investimento público (Gráfico 12).





**Gráfico 12** - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

## ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

*Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.*

### Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

No município de Almeirim, o consumo per capita de energia elétrica iniciou o período em patamar elevado, com 1.179 kWh por habitante em 2019, mas apresentou uma queda contínua até 2021, atingindo 1.089 kWh. Em 2022, houve uma retomada, com pico de 1.173 kWh, seguido por nova queda em 2023, quando o valor foi de 1.133 kWh. Esse comportamento sugere flutuações no padrão de consumo energético local, possivelmente influenciadas por variações climáticas, renda domiciliar, dinâmica populacional ou mudanças na matriz de uso energético (Gráfico 13).

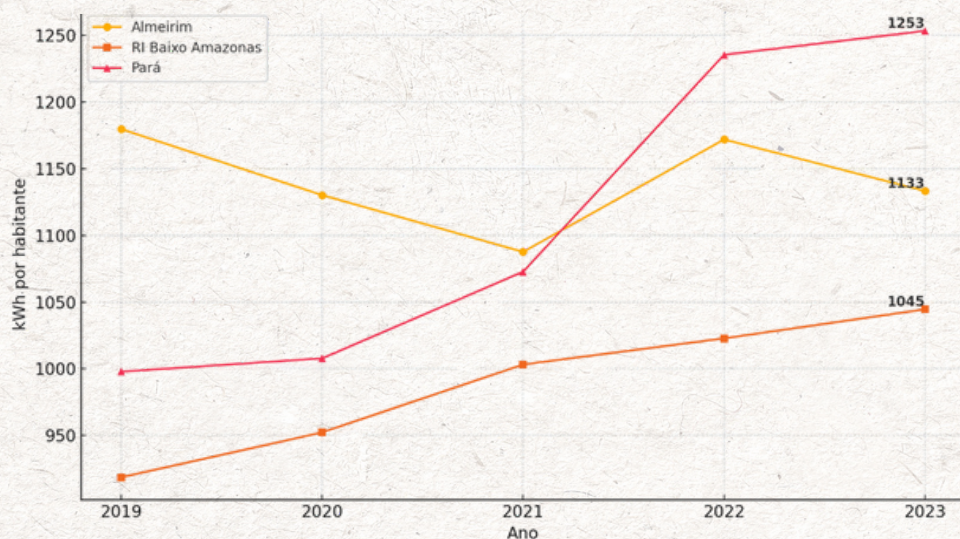


Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o consumo foi consistentemente inferior ao de Almeirim e ao do estado, embora apresente tendência de crescimento estável ao longo dos cinco anos. O indicador subiu de 920 kWh/hab. em 2019 para 1.045 kWh/hab. em 2023, com crescimento contínuo a cada ano. Esse avanço, ainda que modesto, pode indicar maior acesso à energia elétrica entre a população e crescimento do consumo residencial e comercial, refletindo algum grau de melhoria nas condições de vida ou ampliação da rede de

fornecimento (Gráfico 13).

Já no estado do Pará, o consumo apresentou um crescimento expressivo e consistente, partindo de 996 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. O aumento mais acelerado ocorreu entre 2021 e 2022, quando o valor saltou de 1.072 para 1.236 kWh/hab. Esse desempenho estadual pode ser atribuído à combinação de expansão do acesso à eletricidade, crescimento econômico e maior inclusão energética, refletindo avanços estruturais importantes na infraestrutura elétrica paraense (Gráfico 13).

**Gráfico 13** - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1133 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Almeirim, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil apresentou uma leve, porém contínua, redução ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de 26%, mantendo-se praticamente estável até 2020, e depois reduzindo gradualmente até atingir 23,6% em 2023. Apesar dessa tendência de queda, o município ainda apresenta um patamar alarmante de uso de fontes fósseis para iluminação entre os mais vulneráveis, indicando exclusão energética significativa e necessidade de expansão urgente da rede elétrica para áreas periféricas e rurais (Gráfico 14).





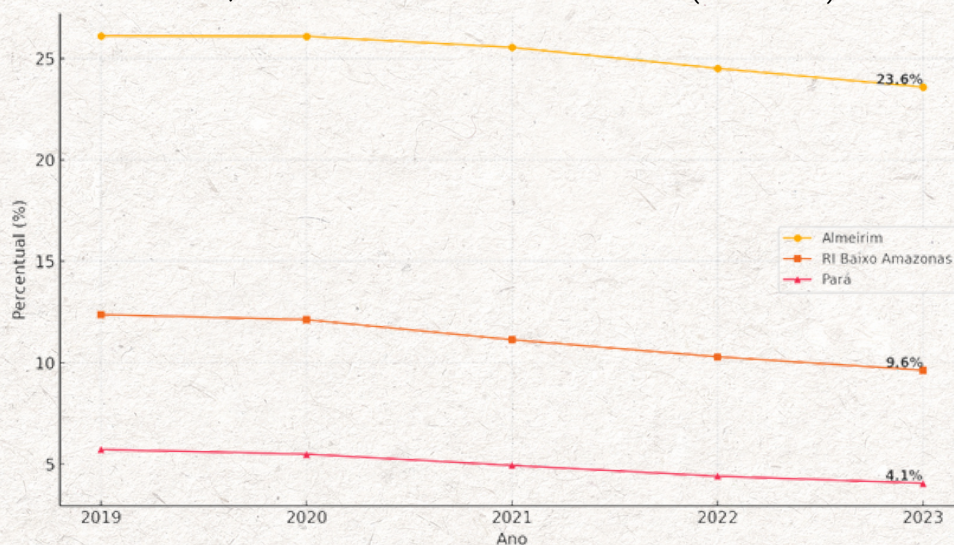
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a tendência foi semelhante, mas com percentuais mais baixos e declínio um pouco mais acentuado. O indicador caiu de 12,4% em 2019 para 9,6% em 2023, refletindo avanços regionais em políticas de inclusão energética, ainda que lentos. A persistência de quase 1 em cada 10 domicílios de baixa renda utilizando fontes fósseis mostra que a universalização da eletricidade ainda está distante da realidade cotidiana de boa parte da população da RI, sobretudo em áreas isoladas com baixa infraestrutura (Gráfico 14).

No estado do Pará, o comportamento foi o mais positivo

entre os três recortes analisados. A proporção de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil recuou de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, mantendo uma trajetória consistente de melhora. Esse dado mostra que, em média, o estado tem conseguido ampliar o acesso à energia elétrica entre os mais pobres, possivelmente com o apoio de programas de eletrificação rural e iniciativas de transição energética. Ainda assim, a presença residual do uso de fósseis aponta que há bolsões de vulnerabilidade energética a serem superados, especialmente em regiões como o Baixo Amazonas e municípios como Almeirim (Gráfico 14).



**Gráfico 14** - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

*Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



## Empregos Formais por Mil Habitantes

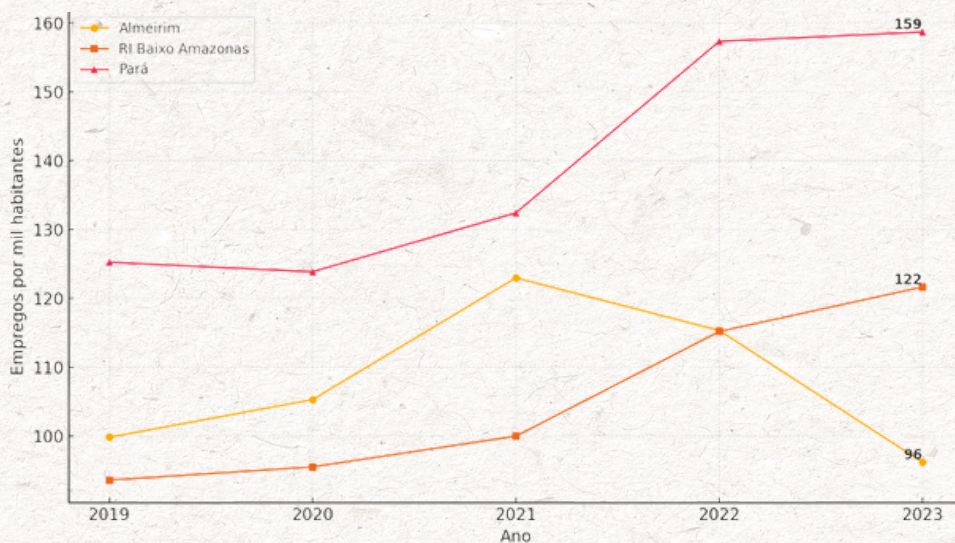
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o crescimento foi constante e sustentado. O indicador passou de 93 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 122 em 2023, sem apresentar quedas no período. Essa progressão revela uma melhoria contínua na formalização do trabalho e na geração de postos com carteira assinada, sugerindo maior resiliência econômica regional ou impacto positivo de políticas públicas de estímulo à empregabilidade. Em 2023, a região ultrapassou Almeirim, revertendo a hierarquia observada nos anos anteriores (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, o município de Almeirim apresentou um comportamento oscilante no indicador de empregos formais por mil habitantes. O valor cresceu de 100 em 2019 para um pico de 123 em 2021, refletindo provável expansão de vínculos empregatícios formais mesmo diante dos impactos da pandemia. No entanto, essa tendência foi revertida nos anos seguintes, com uma queda acentuada para 115 em 2022 e, posteriormente, para apenas 96 em 2023 — o menor valor da série. Essa retração recente pode estar associada à informalização do mercado de trabalho local, à redução de oportunidades em setores chave ou a dinâmicas demográficas como a migração (Gráfico 15).



No estado do Pará, o desempenho foi o mais robusto entre os três recortes. O número de empregos formais por mil habitantes aumentou de 126 em 2019 para 159 em 2023, com um salto especialmente expressivo entre 2021 e 2022. Isso indica uma recuperação vigorosa do mercado de trabalho formal no pós-pandemia, impulsionada possivelmente por investimentos públicos, expansão de setores estratégicos (como construção civil, logística e agroindústria) e políticas de incentivo à formalização. A trajetória estadual destaca-se pela consistência e pelo patamar elevado em relação ao município e à região (Gráfico 15).

**Gráfico 15** - Empregos Formais por Mil Habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### PIB per capita



No município de Almeirim, o PIB per capita iniciou o período com R\$ 17.379 em 2018, mas sofreu uma queda no ano seguinte, chegando a R\$ 16.012 em 2019. A partir de 2020, no entanto, o indicador apresentou recuperação, atingindo o pico de R\$ 20.198 em 2021, antes de recuar levemente para R\$ 18.891 em 2022. Essa trajetória oscilante pode estar relacionada a variações na atividade industrial local (como evidenciado pelo segundo gráfi-

co), bem como a impactos transitórios da pandemia e possíveis mudanças populacionais (Gráfico 16).

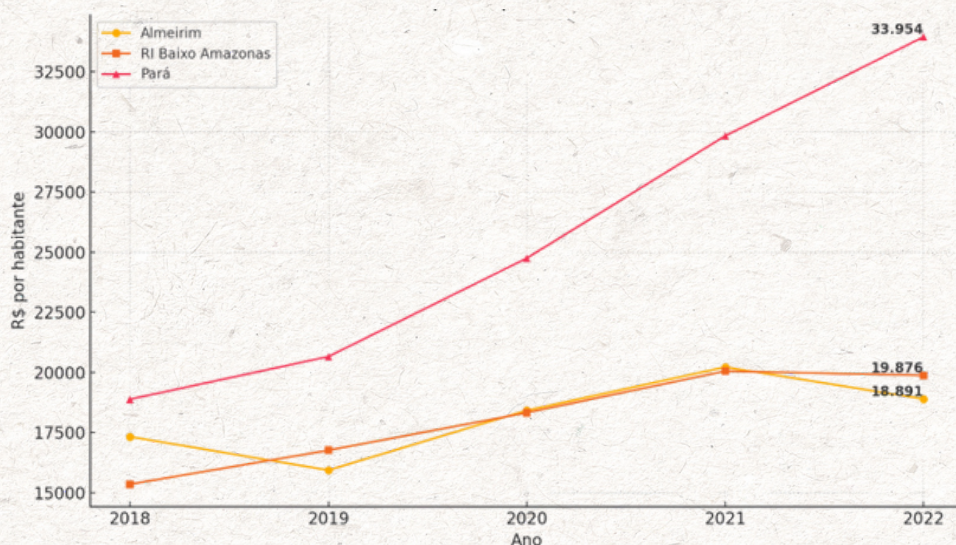
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento foi de crescimento quase contínuo. O PIB per capita

subiu de R\$ 15.355 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022, com um único ponto de inflexão em 2022, quando houve estabilização após crescimento nos anos anteriores. A evolução do indicador sugere um fortalecimento regional da economia formal, possivelmente sustentado por atividades extrativistas, agropecuárias ou logísticas. Mesmo assim, os valores permaneceram abaixo da média estadual, refletindo desigualdades estruturais persistentes (Gráfico 16).





**Gráfico16** - PIB per capita, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.891/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

*Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



## Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Almeirim, a participação da indústria no PIB começou elevada, com 27,3% em 2018, mas caiu para 22% em 2019, refletindo possível retração em setores industriais locais. A partir de 2020, houve recuperação e crescimento contínuo, encerrando 2022 com 32,8% de participação — o maior valor da série. Esse crescimento recente pode estar associado à reativação de empreendimentos industriais, ao fortalecimento de cadeias produtivas regionais ou à ampliação de atividades de transformação ou beneficiamento (Gráfico 17).

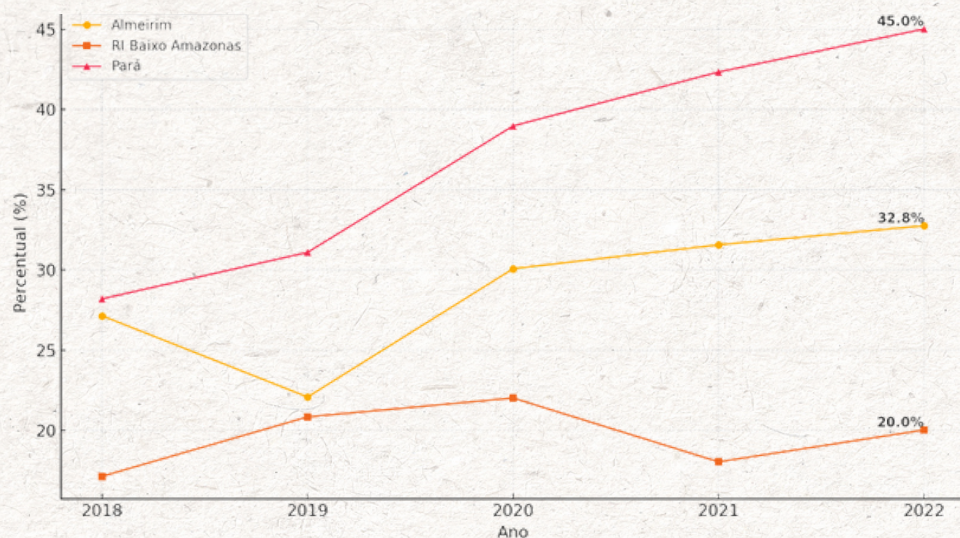
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o valor adicionado da indústria manteve-se mais modesto ao longo do período. Em 2018, representava 17,2% do PIB regional, subindo até 2020 (22,1%), mas recuando depois e encerrando 2022 com 20%. O padrão de leve crescimento, seguido de estabilização, revela limitações estruturais no avanço da industrialização na região, possivelmente relacionadas à escassez de infraestrutura, capital produtivo ou logística adequada para escoamento (Gráfico 17).

O estado do Pará apresentou o crescimento mais expressivo na participação da indústria no PIB: de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. Esse salto revela a centralidade do setor industrial — especialmente da indústria extrativa mineral — no dinamismo econômico estadual. A crescente dependência dessa atividade, no entanto, também levanta preocupações quanto à diversificação produtiva e à vulnerabilidade a flutuações de mercado global, especialmente em commodities como minério de ferro (Gráfico 17).





**Gráfico 17** - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

### Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Almeirim apresentou crescimento modesto no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, passando de 5,6 para 7 no período. Embora o avanço tenha sido contínuo nos últimos três anos, o patamar ainda é baixo e revela uma fragilidade na estrutura local de pesquisa, inovação e desenvolvimento



científico. Isso pode estar ligado à ausência de centros de pesquisa, universidades ou investimentos expressivos em ciência e tecnologia na região (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador teve uma evolução mais significativa. Partindo de 10,6

profissionais em 2019, a RI atingiu 14 por 100 mil habitantes em 2023, com crescimento mais acentuado a partir de 2021. Essa expansão pode refletir a presença de instituições de ensino superior e centros de pesquisa em municípios vizinhos, como Santarém, que funcionam como polos regionais de formação e absorção de profissionais científicos, beneficiando indiretamente a região como um todo (Gráfico 18).

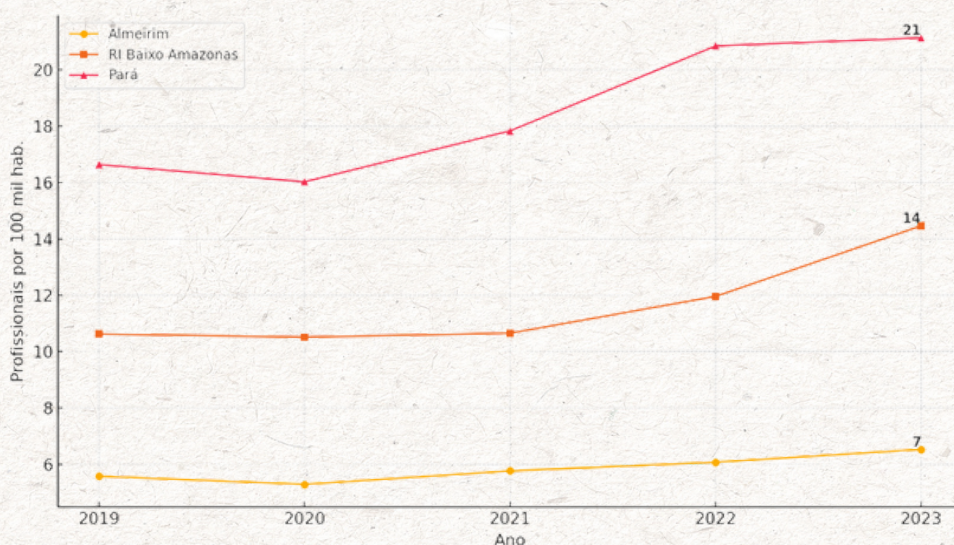
Já no estado do Pará, o crescimento foi expressivo e constante, subindo de 16,6 em 2019 para 21 em 2023. Essa trajetória evidencia esforços estaduais na consolidação de





um ecossistema científico mais robusto, possivelmente impulsionado por políticas de fomento à pesquisa, bolsas de iniciação científica e expansão das universidades públicas. No entanto, a concentração desses profissionais nas regiões metropolitanas ou centros universitários ainda gera disparidades marcantes em relação a municípios do interior, como Almeirim (Gráfico 18).

**Gráfico 18** - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

## ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

*Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles*





## Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Almeirim apresentou uma leve oscilação no indicador de massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB. Em 2019, esse percentual era de 2,1%, caindo para 1,88% em 2020, reflexo possivelmente da retração econômica e dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal. A partir de 2021, observa-se uma recuperação gradual, com o indicador atingindo 1,91% em 2022. Apesar da leve retomada, o patamar ainda é inferior ao de 2019, sinalizando que o crescimento econômico recente do município pode não ter sido acompanhado por uma elevação proporcional da re-

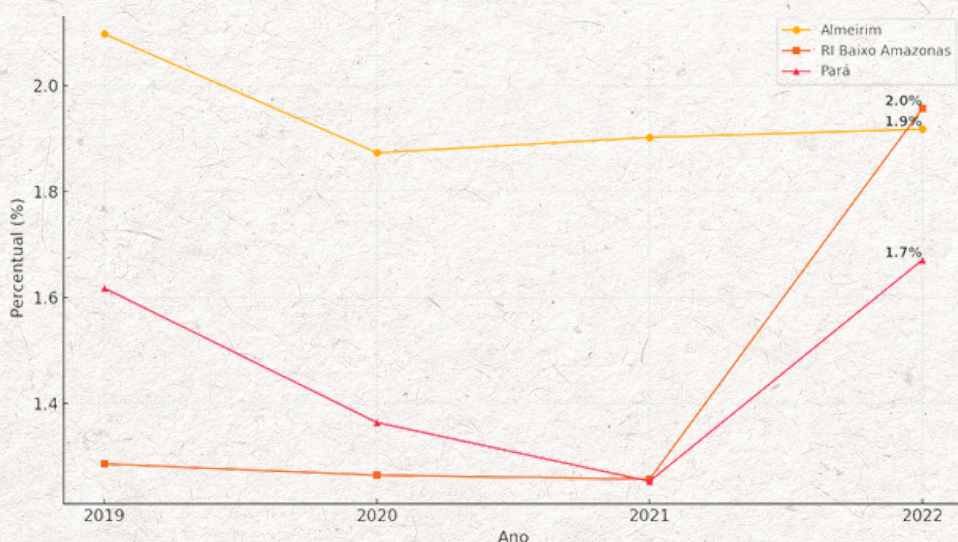
muneração formal dos trabalhadores (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, com valores entre 1,26% e 1,24%. No entanto, em 2022, houve um salto expressivo para 2,0%, superando inclusive o valor de Almeirim. Esse aumento pode indicar avanços na formalização do trabalho ou reajustes salariais mais significativos em setores produtivos da região, refletindo maior participação dos rendimentos do trabalho formal na economia regional (Gráfico 19).

Já no estado do Pará, o comportamento foi de queda entre 2019 (1,62%) e 2021 (1,25%),

seguido por recuperação em 2022, quando o indicador atingiu 1,7%. Essa trajetória aponta para um descompasso entre o crescimento do PIB estadual — fortemente impulsionado por atividades como mineração — e a geração ou valorização de empregos formais. A leve recuperação recente pode estar ligada à expansão de setores menos intensivos em capital e mais geradores de emprego, como serviços e construção, mas ainda permanece aquém da média ideal para uma distribuição mais equitativa da renda gerada na economia (Gráfico 19).

**Gráfico 19** - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

*Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

## Acesso à Telefonia Móvel

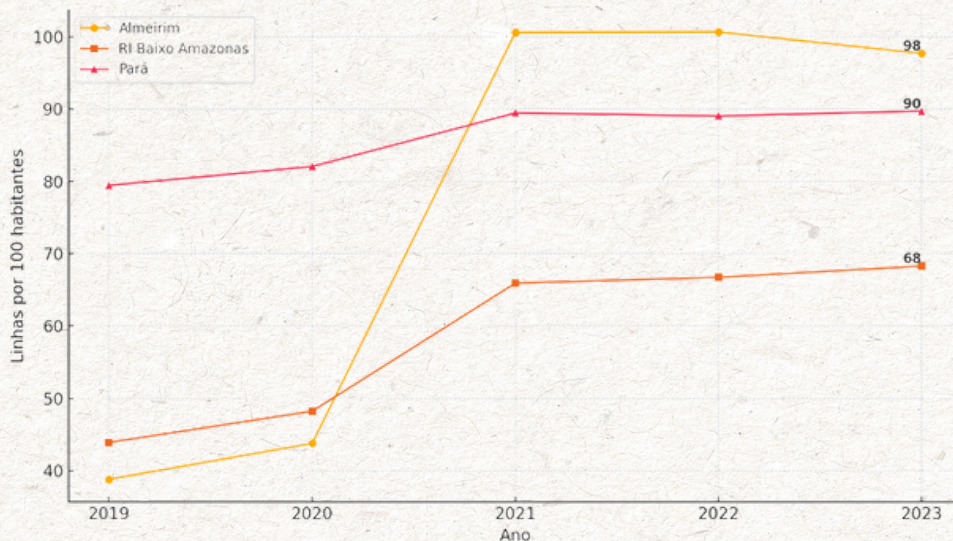
O município de Almeirim registrou uma grande expansão no acesso à telefonia móvel entre 2020 e 2021, passando de 44 para 100 linhas por 100 habitantes. Esse salto significativo pode estar relacionado a investimentos em infraestrutura de telecomunicações ou à maior demanda por conectividade durante a pandemia. Nos anos seguintes, o indicador manteve-se estável em 100 até 2022, com leve queda para 98 em 2023, sinalizando uma possível saturação da cobertura ou mudança no padrão de uso da população (Gráfico 20).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o crescimento foi constante e progressivo, saindo de 44,4 em 2019 para 68 em 2023. Esse ritmo estável revela uma expansão gradual da infraestrutura de telecomunicações na região, ainda que em um patamar inferior ao do município de Almeirim. O acesso continua abaixo da média estadual, o que sugere desigualdades territoriais e a necessidade de políticas públicas que garantam conectividade em áreas mais remotas da R (Gráfico 20).





**Gráfico 20** - Acesso à Telefonia Móvel, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 98 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Almeirim, o comportamento da despesa per capita com cultura e meio ambiente foi bastante oscilante. Em 2019, o valor era de R\$ 56,9 e chegou ao pico de R\$ 82,3 em 2020, possivelmente impulsionado por medidas emergenciais de apoio cultural durante a pandemia. Em 2021, caiu bruscamente para R\$ 35,7, mas voltou a subir em 2022 (R\$ 73,5) antes de encerrar 2023 em R\$ 60,3. Essa volatilidade sugere baixa continuidade nas políticas públicas do setor, o que pode comprometer a efetividade das ações culturais e ambientais a longo prazo. (Gráfico 21).

Na RI do Baixo Amazonas, a trajetória foi mais estável, com crescimento de R\$ 46,3 em 2019 para R\$ 64,2 em 2023. Apesar da queda em 2021, o indicador mostra recuperação consistente, sinalizando maior regularidade nos investimentos regionais voltados à cultura e ao meio ambiente. O valor de 2023 supera o de Almeirim, o que pode indicar maior institucionalização dessas políticas em outros municípios da RI ou esforços regionais coordenados (Gráfico 21).

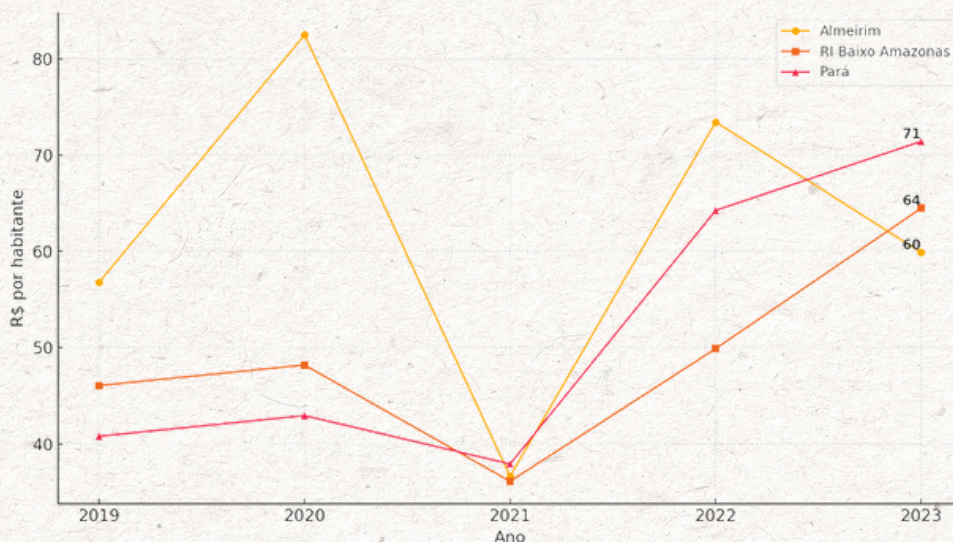
O estado do Pará também apresentou crescimento no indicador, partindo de R\$ 40,4

em 2019 e atingindo R\$ 71,2 em 2023, com destaque para a recuperação a partir de 2021. Esse aumento pode refletir uma ampliação orçamentária estadual voltada a áreas estratégicas como patrimônio cultural, biodiversidade e mudanças climáticas. A evolução positiva no período recente indica avanços na priorização desses temas, embora ainda haja disparidades entre os municípios em termos de execução e resultados (Gráfico 21).





**Gráfico 21** - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

## ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

*Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*





## Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

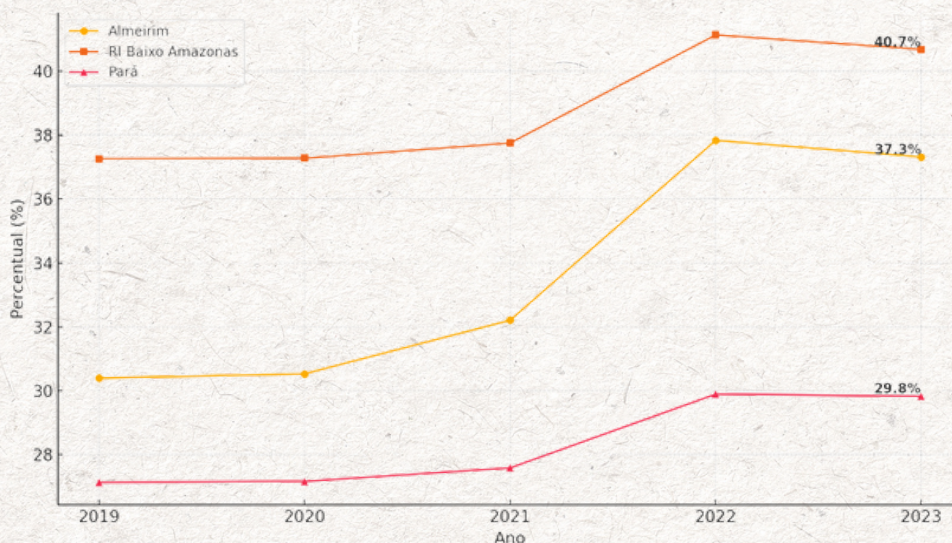
No município de Almeirim, observou-se um crescimento expressivo no percentual de pessoas de baixa renda que recorrem à queima ou enterro de lixo, passando de 30,4% em 2019 para um pico de 37,9% em 2022, encerrando 2023 com leve queda, em 37,3%. Esse comportamento evidencia precariedade nos serviços de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, afetando sobretudo populações vulneráveis. A alta recente, mesmo após leve recuo, mostra que a expansão da coleta convencional ainda é insuficiente para alcançar esse público (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o percentual permaneceu elevado ao longo do período, com tendência de aumento. A taxa saiu de 37,2% em 2019 para 40,7% em 2023, com destaque para o avanço acelerado a partir de 2021. Isso indica que o problema da destinação inadequada de lixo não se restringe a Almeirim, mas é compartilhado por outros municípios da região. O crescimento contínuo sugere falhas estruturais nos sistemas de saneamento e limpeza urbana que ainda não foram enfrentadas com políticas públicas efetivas (Gráfico 22).

Já no estado do Pará, os va-

lores foram sistematicamente mais baixos, embora também em crescimento. Em 2019, 27,1% da população de baixa renda queimava ou enterrava lixo, percentual que aumentou para 29,8% em 2023. Apesar de mais baixos que os níveis municipal e regional, esses números indicam que práticas ambientalmente inadequadas persistem em larga escala no estado. A tendência de crescimento reforça a urgência de investimentos em coleta domiciliar, educação ambiental e inclusão das famílias de baixa renda em sistemas formais de gestão de resíduos (Gráfico 22).

**Gráfico 22** - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



### População de Baixa Renda com fossa rudimentar

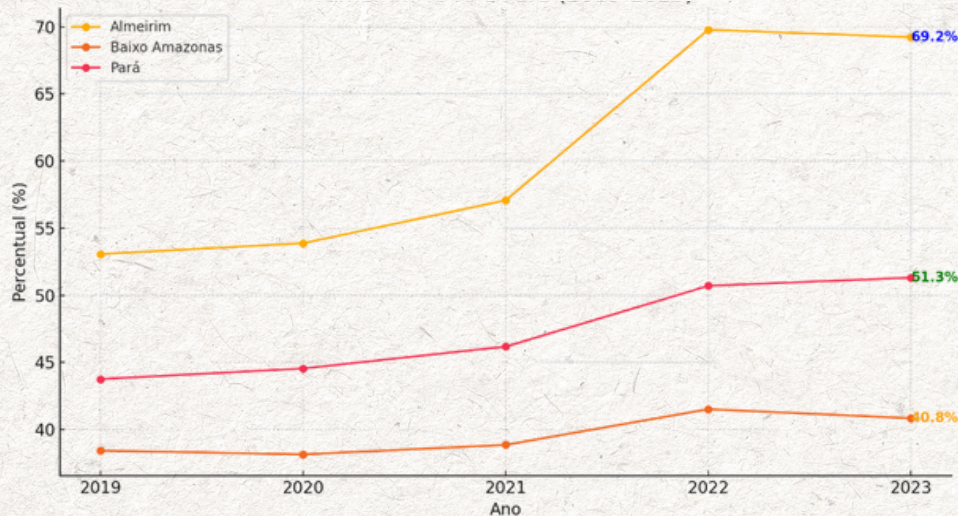
O município de Almeirim registrou crescimento preocupante no uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda. Em 2019, o percentual era de 52,9%, e em 2023 atingiu 69,2%, mantendo-se praticamente estável em relação a 2022. Esse cenário evidencia a fragilidade da infraestrutura de esgotamento sanitário, refletindo a ausência de redes públicas ou alternativas seguras de tratamento de esgoto. O aumento acelerado a partir de 2021 demonstra que os esforços em saneamento não têm sido suficientes para conter o agravamento da precariedade sanitária na zona urbana e rural (Gráfico 23).

Na RI Baixo Amazonas, a situação também é crítica, mas relativamente mais estável. O indicador partiu de 38,3% em 2019 e encerrou 2023 em 40,8%, com leve aumento ao longo do período. Apesar do crescimento menor, a persistência de níveis elevados revela que o acesso ao saneamento básico ainda é limitado para populações pobres da região, comprometendo a saúde pública e a qualidade ambiental. A ausência de políticas estruturantes pode explicar a estagnação e o lento avanço desse indicador (Gráfico 23).

No estado do Pará, a tendência foi de aumento cons-

tante, de 43,9% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse crescimento sugere que, embora o Pará tenha registrado melhorias em outros indicadores sociais, o saneamento entre os mais pobres continua negligenciado. O avanço do uso de fossas rudimentares evidencia a desconexão entre o crescimento econômico estadual e a melhoria efetiva das condições de vida de populações vulneráveis. O dado também alerta para os riscos ambientais e sanitários ampliados pela ausência de sistemas adequados de coleta e tratamento de esgoto (Gráfico 23).

**Gráfico 23** - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



# ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

*Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

## Gastos per capita com prevenção de desastres



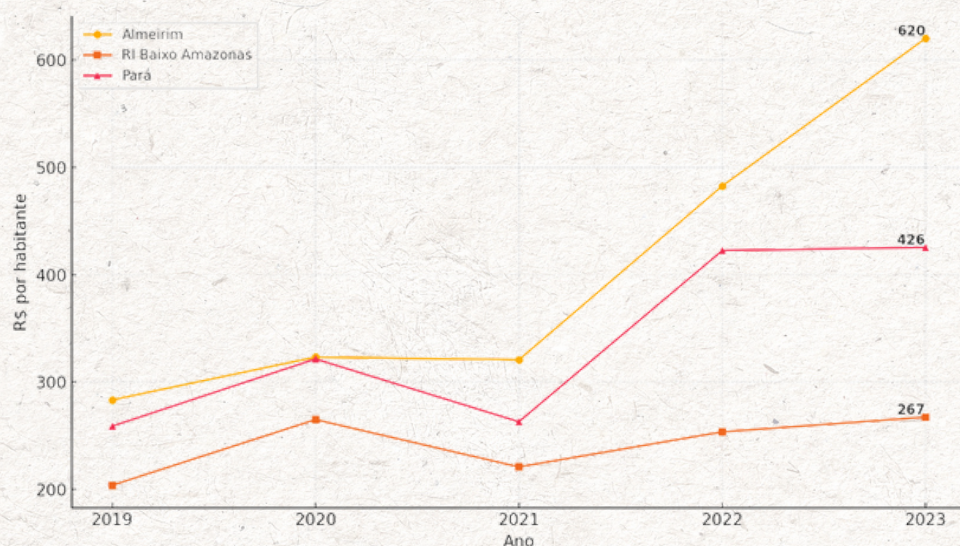
No município de Almeirim, o indicador de gastos per capita com prevenção de desastres apresenta uma tendência fortemente crescente, com destaque para os dois últimos anos. Entre 2019 e 2021, os valores oscilaram de R\$ 284 para R\$ 319 por habitante, mantendo certa estabilidade. A partir de 2022, contudo, observou-se uma elevação acentuada, com os valores subindo para R\$ 482 e alcançando R\$ 620 em 2023, o que representa mais que o dobro da despesa inicial de 2019 (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento foi mais moderado e estável ao longo do período. Houve uma elevação de R\$ 201 em 2019 para R\$ 267 em 2023, com um leve declínio entre 2020 e 2021 e uma recuperação gradual nos anos seguintes. Apesar do crescimento, os valores permanecem abaixo dos observados no município de Almeirim, demonstrando uma disparidade regional significativa quanto à priorização desse tipo de despesa (Gráfico 24).



No estado do Pará, a trajetória dos gastos também é crescente, com maior intensidade a partir de 2022. O valor per capita saltou de R\$ 260 em 2019 para R\$ 426 em 2023, refletindo o aumento da atenção estadual com ações de prevenção de desastres. Ainda assim, os valores médios estaduais são inferiores aos de Almeirim no mesmo ano, indicando que o município, de forma localizada, tem feito aportes acima da média regional nesse tipo de despesa (Gráfico 24).

**Gráfico 24** - Gastos per capita com prevenção de desastres, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 620/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.





# ODS 14 VIDA NA ÁGUA

*Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.*

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

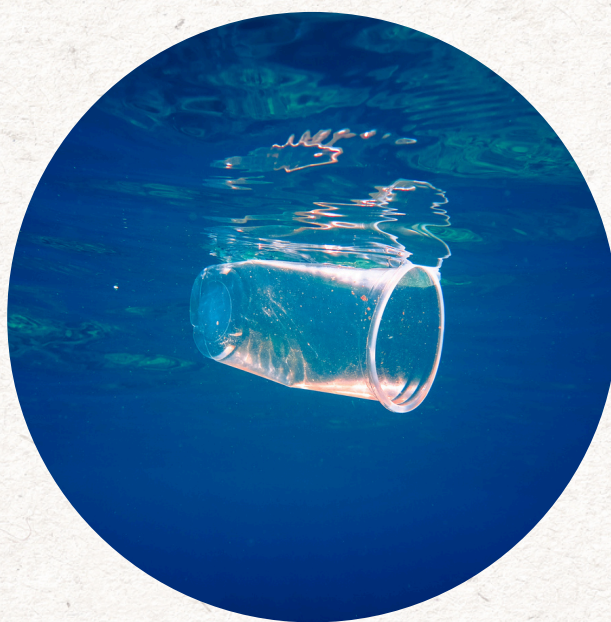
## Despesa per capita com preservação aquática

O município de Almeirim apresentou uma evolução significativa no indicador de despesa per capita com preservação aquática, especialmente em 2023. Partindo de R\$ 174 em 2019, o valor teve oscilações nos anos seguintes, com um pico intermediário em 2020 (R\$ 278), seguido de queda em 2021 e 2022. O salto mais expressivo ocorreu entre 2022 e 2023, quando a despesa atingiu R\$ 621 por habitante, quase quadruplicando em relação ao ano anterior (Gráfico 25).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais

contido, mas ainda assim expressivo. A região partiu de R\$ 165 em 2019 e chegou a R\$ 387 em 2023. Observa-se um padrão semelhante ao de Almeirim, com crescimento relevante em 2020, estabilização e queda até 2022, e forte recuperação em 2023. O ritmo, no entanto, é menos intenso do que o observado no município (Gráfico 25).

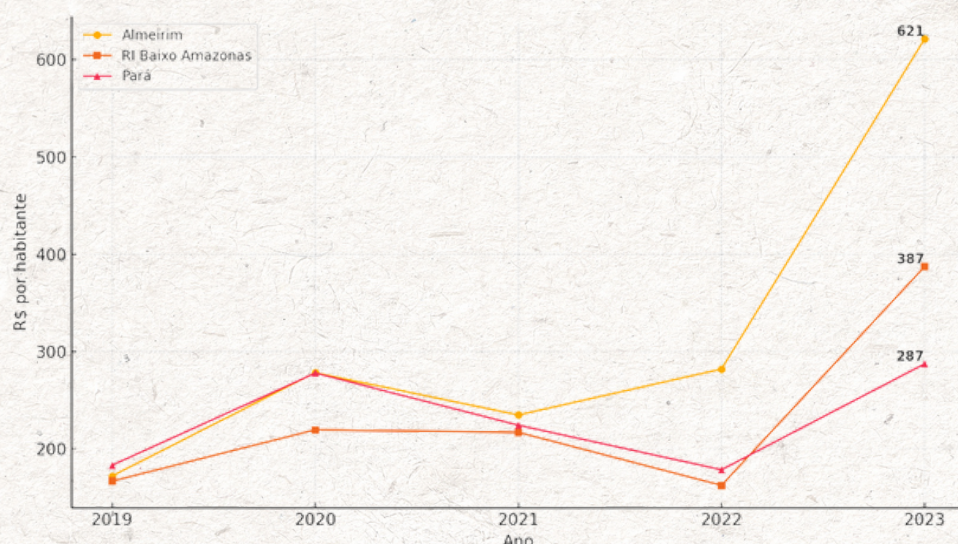
No estado do Pará como um todo, os gastos com preservação aquática também apresentaram variações importantes. Os valores cresceram de R\$ 186 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com oscilações nos anos intermediários, incluindo uma queda em 2022. Apesar de o crescimento estadual ser significativo, ele foi proporcionalmente menor em compara-





ção ao município de Almeirim, que destacou-se como principal investidor entre os três níveis analisados nesse tipo de política ambiental (Gráfico 25).

**Gráfico 25** - Despesa per capita com preservação aquática, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 621/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

## ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

*Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



## Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Almeirim apresentou um comportamento positivo ao longo do período analisado, com aumento contínuo da proporção de área florestal em relação à sua área total. Em 2019, esse percentual era de aproximadamente 82,5%, crescendo para 85,1% em 2023. Esse desempenho reflete um esforço significativo de preservação ambiental, especialmente notável por manter-se acima da média estadual e da Região de Integração (RI) Baixo Amazonas durante todo o período (Gráfico 26).

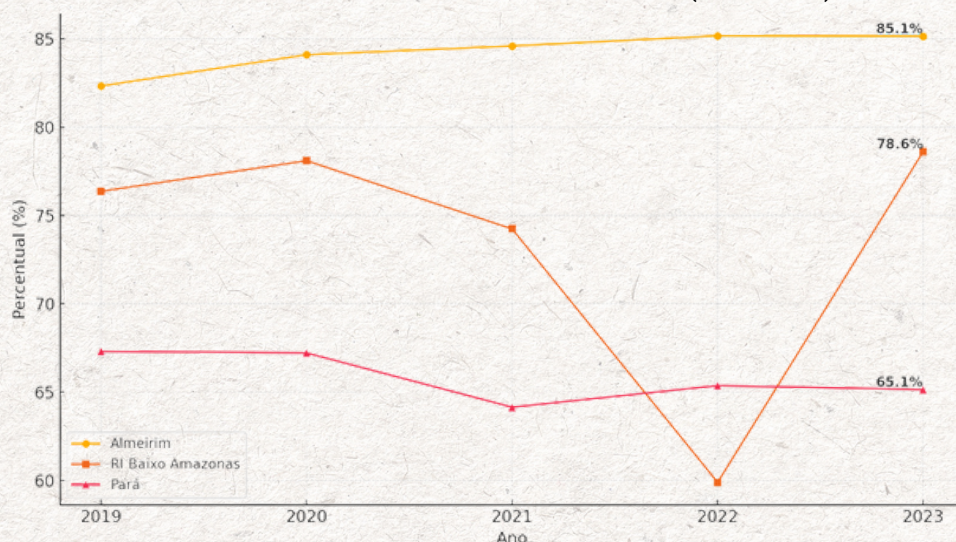
Na RI Baixo Amazonas, o indicador teve flutuações. Após leve alta até 2020, chegando a cerca de 78%, houve queda acentuada em 2022

(60%) e posterior recuperação em 2023 (78,6%). A volatilidade sugere episódios de desmatamento localizados ou mudanças na metodologia de cálculo e monitoramento ambiental. Ainda assim, o índice final de 2023 mostra tendência de recomposição da cobertura vegetal na região (Gráfico 26).



O estado do Pará como um todo apresentou um padrão relativamente estável, oscilando entre 64% e 67%, com leve declínio entre 2020 e 2021 e posterior recuperação. Comparado ao desempenho de Almeirim, o estado permanece com percentual florestal significativamente inferior, apontando que o município está em posição mais favorável quanto à conservação da cobertura vegetal (Gráfico 26).

**Gráfico 26** - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.



## Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Almeirim manteve uma taxa de desmatamento notavelmente baixa e estável durante todo o período, com percentuais ao redor de 2,6% a 2,7%. Em 2023, esse índice permanece em 2,7%, o que reafirma o caráter preservacionista do território municipal. Essa estabilidade também é coerente com o alto percentual de área florestal anteriormente analisado (Gráfico 27).

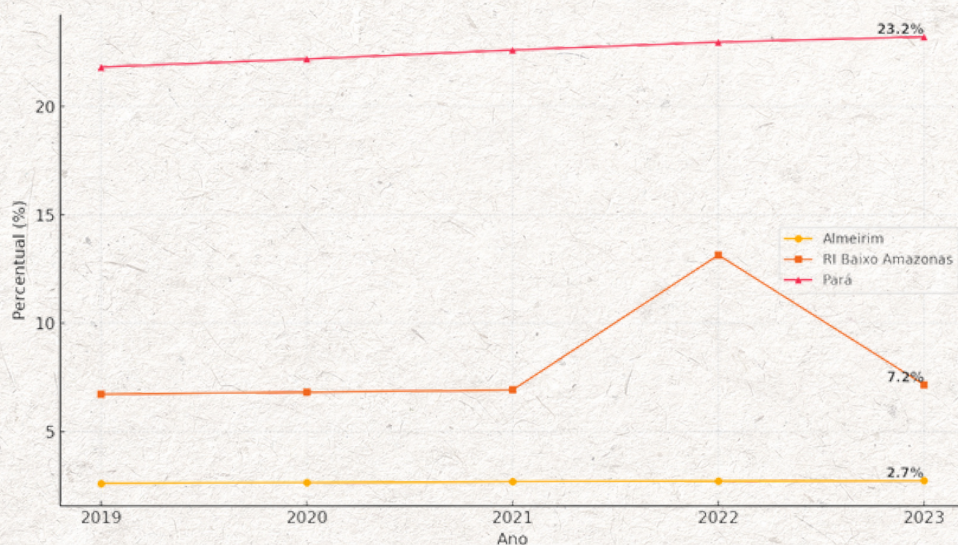
Por outro lado, a RI Baixo Amazonas apresentou um comportamento mais instável, com aumento gradual entre 2019 e 2021 (de cerca de 6,7% para 7%), seguido por um pico expressivo em 2022 (13,2%) e redução para 7,2% em 2023. A oscilação sugere momentos

de intensificação do desmatamento, possivelmente relacionados a expansão de atividades produtivas ou fragilidade nos mecanismos de controle ambiental (Gráfico 27).

No Pará, a trajetória foi de crescimento contínuo no indicador de área desmatada, subindo de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Esse avanço lento, porém, constante, indica desafios persistentes na contenção do desmatamento em nível estadual, contrastando com a estabilidade de Almeirim. A comparação evidencia a importância de experiências locais bem-sucedidas como referência para estratégias regionais de preservação (Gráfico 27).



**Gráfico 27** - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





# ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

*Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.*

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

## Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

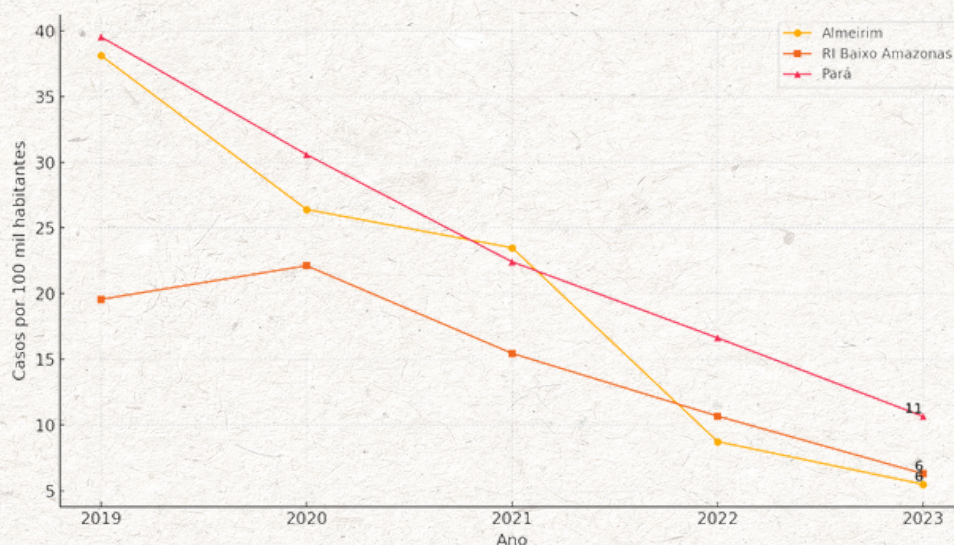
O município de Almeirim apresentou uma expressiva redução na taxa de trabalho infantil entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 38,5 casos por 100 mil habitantes, mas caiu para apenas 6,1 em 2023, uma queda de mais de 80%, com a maior queda registrada entre 2021 e 2022. Esse desempenho evidencia avanços significativos em políticas públicas voltadas à proteção da infância, podendo estar associado a ações de fiscalização, programas sociais e aumento da cobertura escolar no município (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o comportamento da taxa foi mais irregular. O índice cresceu entre 2019 e 2020 (de 19,5 para 22,2), mas em seguida caiu de forma contínua até 2023, quando atingiu 6,4 casos por 100 mil habitantes. Ainda que a trajetória tenha começado com um aumento, o resultado mostra uma convergência positiva semelhante à observada em Almeirim, com redução de cerca de 70% no período, revelando um esforço regional alinhado ao combate ao trabalho infantil (Gráfico 28).





**Gráfico 28** - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

### Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Almeirim, a taxa de homicídios oscilou durante o período analisado. Em 2019, o índice era de 26,5, subiu significativamente em 2020 para 32,4, manteve-se alto em 2022 com 34,8 e apenas em 2023 apresentou forte recuo para 18,1. Essa instabilidade pode refletir conjunturas locais específicas, como variações na criminalidade urbana, na presença do Estado e nas dinâmicas socioeconômicas, sendo o declínio em 2023 um dado positivo, embora ainda em patamar considerável (Gráfico 29).

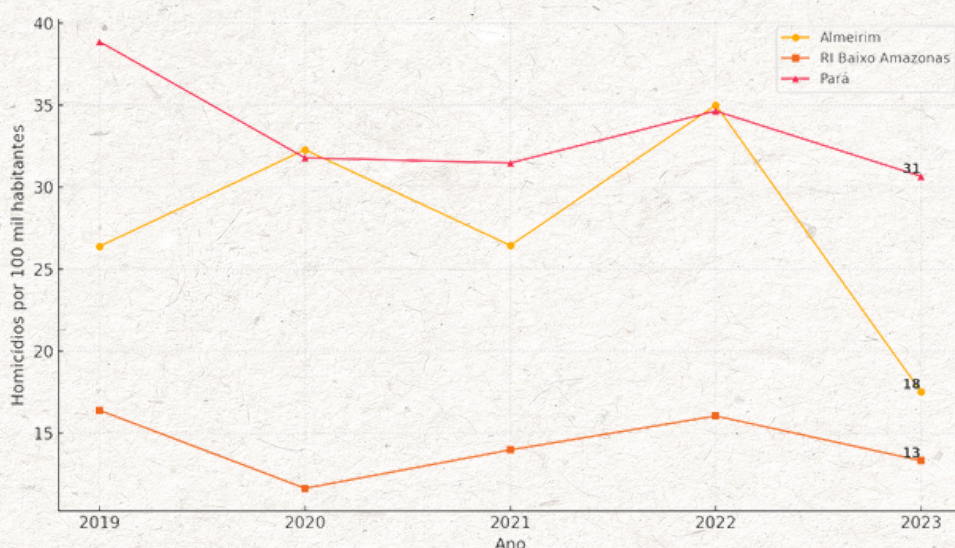
A Região de Integração do Baixo Amazonas apresentou um comportamento mais estável e com níveis inferiores ao município e ao estado. A taxa caiu de 16,3 em 2019 para 11,6 em 2020, oscilou levemente nos anos seguintes e terminou 2023 em 13,1 homicídios por 100 mil habitantes. O patamar consistentemente mais baixo pode indicar maior eficácia de políticas públicas de segurança ou uma menor incidência de conflitos violentos na região. (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa se manteve mais estável ao longo

dos anos, variando entre 39,3 e 31,3 homicídios por 100 mil habitantes. A tendência de queda, embora menos intensa que nas escalas municipal e regional, demonstra certo controle da violência em âmbito estadual. Ainda assim, o índice final de 31,3 em 2023 ainda configura um nível elevado segundo padrões internacionais, apontando que a segurança pública segue como uma das áreas críticas de gestão no estado, especialmente nas regiões mais interiorana (Gráfico 29).



**Gráfico 29** - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

## ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

*Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*





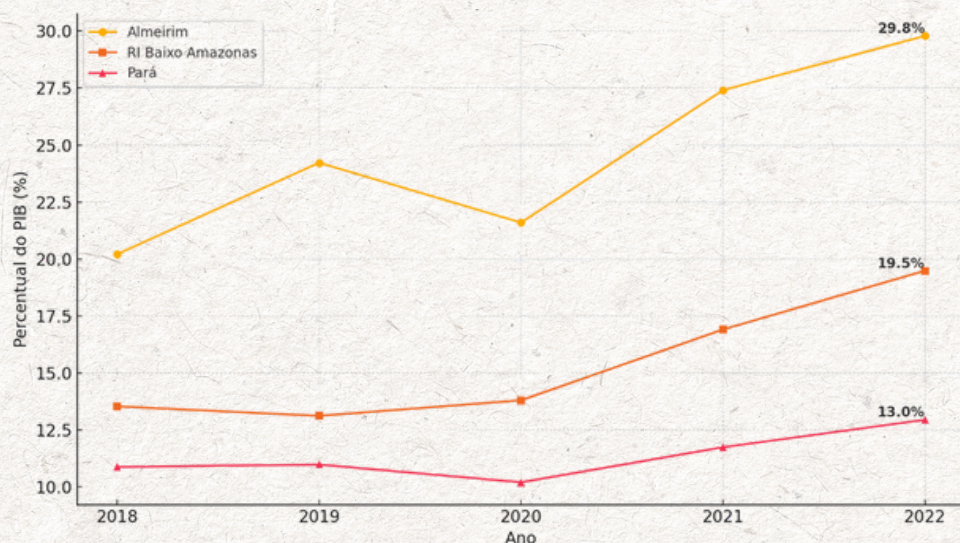
## Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Almeirim apresentou uma trajetória ascendente no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. Partindo de cerca de 20,5% em 2018, o índice atingiu 29,8% em 2022, com um pico de crescimento especialmente notável a partir de 2020. Esse comportamento sugere uma intensificação dos investimentos públicos em proporção à economia local, o que pode estar relacionado ao aumento de políticas públicas ou à desaceleração da atividade econômica, elevando o peso relativo dos gastos (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a tendência também foi de crescimento, embora mais moderada. O indicador subiu de aproximadamente 13,5% em 2018 para 19,5% em 2022, com variações menores até 2020 e crescimento mais expressivo nos dois últimos anos da série. Esse padrão aponta para uma elevação progressiva da presença do setor público regional, ainda que em patamares inferiores aos de Almeirim, o que pode indicar maior dependência local da máquina pública em relação à média regional (Gráfico 30).

Já no estado do Pará como um todo, o comportamento foi mais estável e contido, partindo de 10,9% em 2018 e chegando a 13,0% em 2022. Essa evolução gradual demonstra certa estabilidade fiscal em escala estadual, com menor expansão do peso dos gastos públicos em relação ao PIB. A comparação entre os três recortes territoriais evidencia a particularidade do município de Almeirim, cujo esforço fiscal municipal destaca-se significativamente acima da média estadual e regional, refletindo talvez políticas locais mais robustas ou um PIB relativamente menor (Gráfico 30).

**Gráfico 30** - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



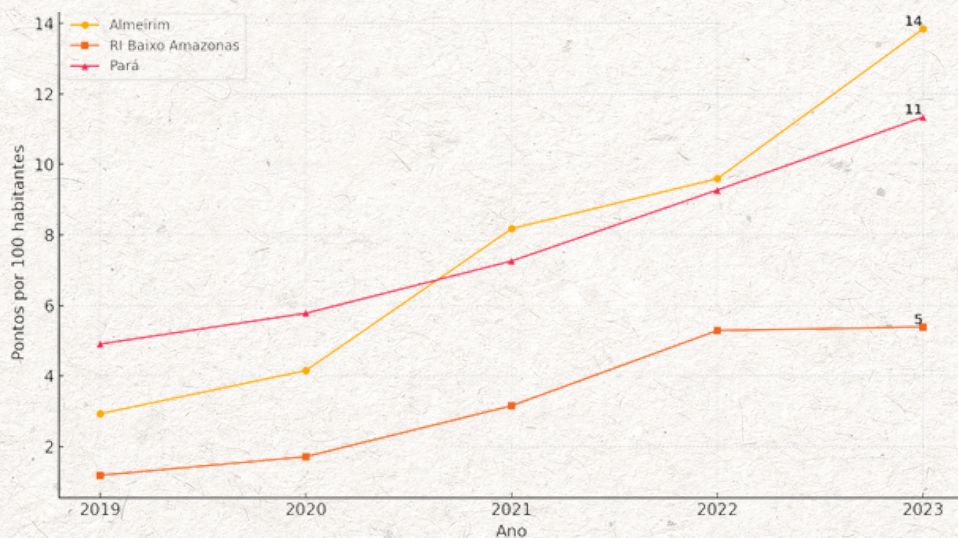
## Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Almeirim apresentou um crescimento expressivo na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de apenas 2,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 14 em 2023. Esse avanço representa uma multiplicação superior a quatro vezes no indicador, especialmente notável a partir de 2020, com saltos mais acentuados em 2021 e 2023. A trajetória sugere investimentos progressivos em infraestrutura de conectividade digital, promovendo maior inclusão tecnológica na localidade (Gráfico 31).

Na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, embora também se observe crescimento, a evolução foi mais modesta. A taxa subiu de 1,2 ponto em 2019 para 5,1 em 2023, com maior incremento entre 2021 e 2022. Ainda assim, o desempenho da região se manteve abaixo do verificado em Almeirim e no estado do Pará, indicando que a ampliação do acesso tem ocorrido de forma desigual entre os municípios da RI, o que pode refletir diferentes capacidades de implementação de políticas públicas e infraestrutura (Gráfico 31).

No estado do Pará, o crescimento do indicador também foi constante, saindo de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 e atingindo 11,1 em 2023. O comportamento foi semelhante ao de Almeirim, mas em ritmo um pouco menos acelerado nos últimos anos. Isso coloca Almeirim, em 2023, com um desempenho superior à média estadual, sinalizando avanços locais relevantes no acesso à internet fixa, fundamental para educação, trabalho remoto e inclusão digital (Gráfico 31).

**Gráfico 31** - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

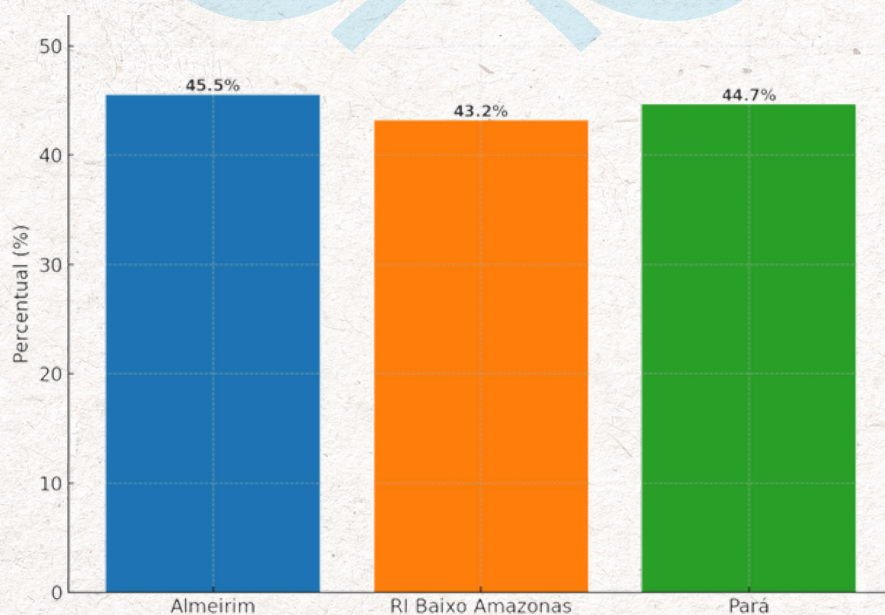


# Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Almeirim** registrou um IDS de **45,5%** (gráfico 32).

**Gráfico 32** - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Almeirim x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



## Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.





# Anexo I

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

**Figura 1** - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



**Figura 2** - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.





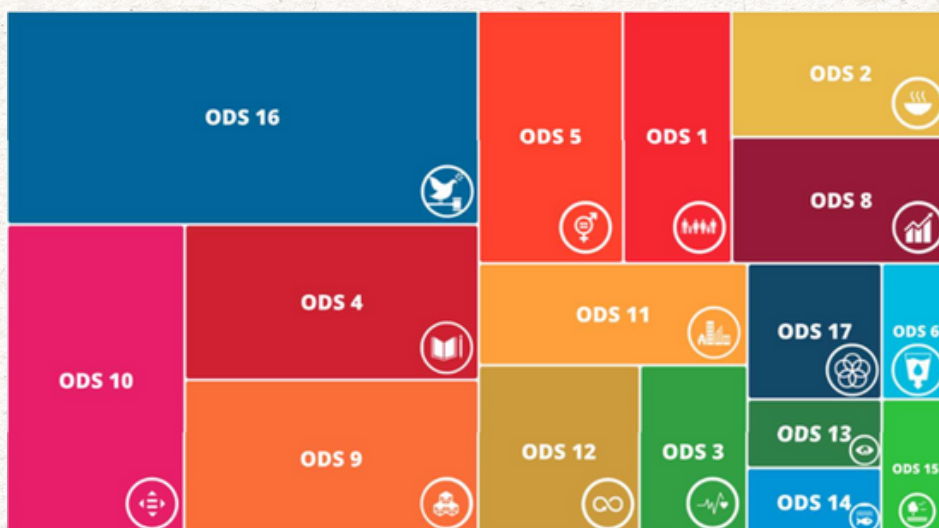
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

**Figura 3** - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

## Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

**Figura 4** - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.





A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).







Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

## Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos





dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Almeirim na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Almeirim e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.





Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



## Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





## Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

\*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).





## FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

[www.fapespa.pa.gov.br](http://www.fapespa.pa.gov.br)

